

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BALANÇO SOCIAL: DOMÍNIO ECONÔMICO OU CONTÁBIL?

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Acadêmico: Marcos Fernando Severo de Oliveira

Orientador: Prof. Rainoldo Uessler

FLORIANÓPOLIS - SANTACATARINA - BRASIL

1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BALANÇO SOCIAL: DOMÍNIO ECONÔMICO OU CONTÁBIL?

Marcos Fernando Severo de Oliveira

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - BRASIL

RESUMO


Pesquisa em Contabilidade sobre o Balanço Social. Tece considerações históricas sobre o Balanço Social, este como elemento do ideário de intervenção estatal no ambiente econômico. Estabelece formas de relação entre Balanço Social e práticas de consumo, ecologia e trabalho. Indica qual corrente contábil pode apreender o Balanço Social. Apresenta possíveis estruturas para o Balanço Social. Propõe a Auditoria Social como elemento legitimador das demonstrações de responsabilidade social. Descreve o atual emprego desse tipo de demonstração no mundo e os obstáculos a sua expansão.

BALANÇO SOCIAL: DOMÍNIO ECONÔMICO OU CONTÁBIL?

Autor: Marcos Fernando Severo de Oliveira

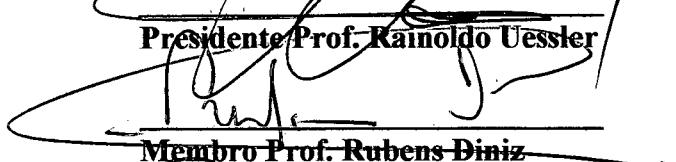
Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 9,0 atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominados.

Fpólis, 25 de março de 1999.


Prof. Maria Denize Henrique Casagrande
Coordenadora de Monografias do CCN

Professores que compuseram a banca:


Presidente Prof. Rainoldo Uessler


Membro Prof. Rubens Diniz


Membro Prof. Flávio da Cruz

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	2
1.1 Formulação do Problema.....	3
1.2 Objetivo Geral, Específico e Justificativa.....	5
2 BALANÇO SOCIAL E ABORDAGEM CIENTÍFICA.....	7
3 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS.....	8
4 ECONOMIA E BALANÇO SOCIAL.....	10
4.1 Introdução.....	10
4.2 Consumo e Balanço Social.....	13
4.3 Ecologia e Balanço Social.....	16
4.4 Trabalho e Balanço Social.....	18
5 BALANÇO SOCIAL E CONTABILIDADE.....	21
5.1 Introdução.....	21
5.2 Enquadramento Contábil do Balanço Social.....	25
5.3 O Interesse pelo Balanço Social.....	26
5.4 Estrutura do Balanço Social.....	28
5.5 Auditoria Social.....	33
6 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO BALANÇO SOCIAL.....	35
7 PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES DO BALANÇO SOCIAL.....	39
8 CONCLUSÃO.....	41
9 ORIGINAIS DAS TRADUÇÕES LIVRES FEITAS PELO AUTOR.....	42
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A monografia, um exercício de pesquisa no âmbito de uma ciência a qual se dedicou o aspirante à graduação, visa preparar o profissional para a busca de um nível de especialização mais elevado e treinar a sua capacidade de entender a linguagem empregada nas obras que venham a traduzir as informações que renovam as ciências constantemente.

O primeiro problema a ser resolvido no esforço de elaboração de uma monografia é a escolha do tema. O teórico da comunicação Umberto Eco informa dever estar alicerçada a escolha do tema nas seguintes condições: o tema deve ser interessante para o candidato, as fontes de consulta devem estar acessíveis e ao alcance da sua compreensão, e a metodologia de pesquisa deve ser compatível com a experiência adquirida.

Como metodologia de pesquisa optou-se pela pesquisa bibliográfica, primeiro passo no empreendimento de um trabalho científico e meio de formação por excelência. Na elaboração da bibliografia, mediante consulta a catálogos de bibliotecas e sumário de periódicos, revelou-se suficiente a quantidade de obras disponíveis. Quanto ao interesse pelo tema, desde o princípio houve identidade entre a postura filosófica do candidato e o tema a ser estudado.

Em razão das características do objeto em estudo foi escolhida a abordagem racional. O Método Racional, em oposição ao Método Científico, se presta aos objetos imateriais, ou a fenômenos de difícil ou imprecisa comprovação de campo ou laboratorial. É método muito empregado nas ciências sociais ou humanas. O Método Racional principia pela observação da realidade e pela aceitação de proposições bem evidentes e maioritariamente aceitas. A partir dessa base, o progresso se dá por dedução ou indução, análise e síntese, hipótese e teoria, de forma a interpretar a realidade, quanto a sua natureza, origem e significado. (CERVO & BERVIAN, 1972, p.36)

1.1 Formulação do Problema

Observa-se a crescente publicação na imprensa nacional de relatórios intitulados de “Balanços Sociais”. Por vezes estes relatórios são apresentados ao lado de Demonstrações Financeiras, mais frequentemente são oferecidos ao público leitor em um formato e aparência de Nota Explicativa, como se documento de natureza contábil fosse. Todavia, na totalidade dos casos, o documento quando denominado Balanço Social é uma auto apologia que procura divulgar a preocupação da empresa para com seus empregados, a comunidade ou o meio-ambiente, mediante a exposição mais ou menos ordenada de atitudes ou fatos e valores monetários a eles relacionados.

Por outro lado, um Balanço Social elaborado por um agente externo imbuído de ânimo adverso, que está a tentar mobilizar a sociedade em proveito próprio ou influenciar decisões políticas, poderá expor um rol de malefícios perpetrados pela mesma empresa que anteriormente divulgou um documento mais agradável à opinião pública.

Parece que critério e isenção podem transformar peças publicitárias ou manifestos de denúncia (os quais talvez ocultem interesses obscuros) em um instrumento útil para a sociedade, o governo, e os acionistas.

Antes de se iniciar a busca por parâmetros aplicáveis à diferentes empresas (respeitando as diferentes categorias), pelos quais o desempenho da empresa na área social possa ser avaliado qualitativa e quantitativamente em aspectos relevantes para os grupos de interesse, deve-se descobrir qual o enfoque a ser observado. Será melhor observar o fenômeno da integração ambiental da empresa através de uma lente única, utilizando recursos só da Contabilidade ou só da Economia? Ou talvez deva-se valer-nos de ferramentas das duas disciplinas, e quiçá até de outras mais? É possível que um Balanço Social criterioso só seja factível de maneira multidisciplinar.

A maior dificuldade que se encontrou está no tratamento de fenômenos não monetariamente mensuráveis, ou de discutível mensuração, como danos ao meio ambiente, prejuízos causados à imagem de um país, cursos para funcionários ministrados no âmbito da empresa ou atividades de pesquisa em ciência e tecnologia.

1.2 Objetivo Geral, Específico e Justificativa

Como objetivo geral procurou-se desenvolver um estudo teórico que trate do ponto de vista adequado para a composição da estrutura de um Balanço Social criterioso, passível de comparação com balanços de anos anteriores e balanços de outras empresas de mesmo porte e atividade.

Como objetivo específico procurou-se:

A) Demonstrar a importância da padronização e manutenção ao longo do tempo dos critérios de avaliação social (no sentido que está sendo exposto).

B) Propor formas de aplicação destes critérios.

C) Considerar a conveniência de alterações na Lei 6.404, de 15/12/76, a Lei das S/A. no que concerne ao tema em estudo.

D) Indicar novas possibilidades de pesquisa posterior

A justificativa do trabalho se prende ao quadro de crescente influência das corporações transnacionais ao passo em que ocorre o progressivo declínio do poder e campo de ação dos estados nacionais. A marcha em direção ao estado mínimo (que alguns dizem ser tão inexorável como o ciclo das explosões solares e outros dizem ser apenas um fenômeno humano e pelo Homem passível de orientação), pode levar o cidadão, um ente ativo, para a condição de consumidor, um ente passivo.

Porém, nosso corpo legal nos oferece a possibilidade de procurarmos instrumentos que nos sirvam de abrigo às contingências do liberalismo econômico. A partir da CF/88 está estabelecida a função social da propriedade, aliás como princípio geral da atividade econômica (art. 170). Julgamos ser relevante a discussão sobre a obrigatoriedade da publicação de Balanços Sociais para as empresas de maior magnitude econômica. Mas para tanto, é necessário pesquisar a estrutura de um futuro Balanço Social, agora digno do nome.

Poderá então o Estado, no exercício da finalidade extra-fiscal do tributo ou da legislação que venha a vigor, defender o cidadão das corporações nocivas à comunidade, assim como premiar aquelas empresas benéficas ao tecido social.

2 BALANÇO SOCIAL E A ABORDAGEM CIENTÍFICA

A fluidez do conceito inerente à expressão Balanço Social é razoavelmente evidenciada pela ausência de um corpo sólido de características e informações suficientemente específicas que este documento deva conter. Não está definida, quer no universo contábil, quer no domínio econômico, a estrutura e os componentes do Balanço Social. Conceitos pouco substanciados quando definindo objetos de pesquisa científica oferecem risco ao caráter científico do estudo, nesse sentido alerta ECO(1977, p.21): *o estudo debruça-se sobre um objeto reconhecido e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros.*

Todavia, é válida a pesquisa que trate das qualidades que um objeto inexistente deva apresentar para ser dotado de coerência não só com suas partes componentes, mas também com o universo que o contém, quer seja este universo real ou imaginário, (ECO, 1977, p.21). Em verdade, estudos frutíferos foram levados a termo, dentro das condições acima descritas, neste início de século. O astro popularmente conhecido como “buraco negro” ou mais adequadamente denominado como “estrela em colapso” foi inicialmente concebido apenas no âmbito do intelecto, e o universo que o conteria era apenas modelar, no entanto, sua existência, com aquelas qualidades anteriormente previstas, e dentro de um universo semelhante ao modelo, foi comprovada, ainda que indiretamente, no começo dos anos 90.

É correto partilhar desse pensar quanto ao Balanço Social: sua estrutura não está delineada, seus componentes são uma incógnita, o universo que o conteria (em termos de modelo econômico), não está definitivamente estabelecido e talvez jamais o venha a ser, porém estudá-lo pode ser feito sem ferir os cânones do método científico.

3 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Na história do liberalismo econômico observa-se um recorrente impulso para intervenção estatal na atividade empresarial privada durante as épocas de desordem institucional, sofrimento popular causado por circunstâncias econômicas ou geopolíticas, ou ainda queda profunda e prolongada no valor das principais ações negociadas nas bolsas. Lopes de Sá (1998, p.12) recorda as origens da idéia de Balanço Social, e não por acaso remete a épocas de crise:

Diversos historiadores elegem a Alemanha como o local onde teria iniciado, na década de 20, o esforço para apresentação de um tipo especial de informe que tomou o nome de Balanço Social.

O forte movimento trabalhista decorrente de filosofias específicas, empreendido na Europa, naquela ocasião, teria sido o responsável por esse aparecimento.

As massas operárias, organizadas, passavam a executar pressão sobre o poder político, exigindo que se aumentasse a responsabilidade social do Estado, e isso trouxe, por decorrência, a ampliação das exigências de controle sobre as empresas.

A República de Weimar (1919-33), cenário da primeira gestação do Balanço Social, apresentava as condições adequadas para ascensão de movimentos políticos extremistas: estado ineficaz, população sem perspectivas de progresso na qualidade de vida e sem confiança no corpo político nacional. (HOBBSAWM, 1994, p.130).

O ingrediente do controle estatal sobre as atividades da azienda faz parte do receituário nacional-socialista. Sem embargo, não é sua exclusividade: encontra-se na escola histórica alemã, na escola socialista, e no keynesianismo, para se ater só às fontes mais caudalosas de doutrina econômica.

Quando foram derrotados os movimentos ultradireitistas ocorreu um ciclo de crescimento econômico ininterrupto e mundial de 30 anos. Coincidentemente, em 1973, o ano da Crise do Petróleo, e tido pelos historiadores contemporâneos como marco do fim do

longo ciclo de crescimento do pós-guerra, JENSEN publica seu trabalho na revista da Associação Americana de Contabilidade. Sobre a crise de 1973, HOBBSAWM fornece subsídios: *A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente.*(1995, p.393)

Como foi exposto, as considerações sobre o Balanço Social ressurgem em tempos de agruras sócio-econômicas. Decerto que há muitos aspectos a considerar a respeito da natureza de nossa época atual, mas nela está a se falar intensamente sobre “crise ecológica”, desemprego estrutural, “crise financeira mundial”, prós e contras da abertura irrestrita de mercados, e acima de tudo , incerteza. Ao mesmo tempo se volta a discutir o Balanço Social, sua estrutura e possíveis contribuições para a sociedade.

4 ECONOMIA E BALANÇO SOCIAL

4.1 Introdução

Dispersos pelas zonas temperadas e limitados pelos movimentos das massas glaciais, os primeiros homens modernos, ainda nômades, satisfaziam suas necessidades através do expediente da caça e da coleta, e na noite deste tempo o fizeram de maneira puramente instintiva, ainda que valendo-se de ferramentas toscas. Paulatinamente, passa a caçar de modo organizado, os sinais e os ruídos guturais orientam a atividade e antecipam a linguagem.

No período Paleolítico Inferior (250000/35000 AC) as ferramentas são mais elaboradas, e o trabalho do couro e das peles permite o avanço para as terras frias setentrionais.

O *homo sapiens sapiens* firma-se definitivamente na última era glacial, durante o Paleolítico Superior. Seus instrumentos são muito mais sofisticados e diversificados que os utilizados por outras espécies desaparecidas de homínídeos: machados, lanças, facas, agulhas, arpões, anzóis, serras e botões. O Paleolítico Superior encerra-se aproximadamente há 8000 anos atrás e dá lugar ao Mesolítico, não sem antes revelar a primeira divisão social do trabalho: a coleta de frutos e raízes é reservada às mulheres, enquanto a caça torna-se exclusividade dos homens, causando uma distinção psíquica e fisiológica permanente.

O principal marco do Mesolítico é uma inovação tecnológica: o arco e flecha que multiplica a capacidade de sacar do meio ambiente os recursos necessários para ampliar as populações.

O período seguinte é o Neolítico, quando ocorre o maior salto na escala do

desenvolvimento humano: a caça é substituída pelo pastoreio e a coleta dá lugar à agricultura, possibilitando a acumulação de reservas para o futuro, excedente para troca e permitindo tempo livre para outras atividades criativas. O novo tipo de vida exige linguagem mais complexa, planejamento, transmissão de informações de uma geração à outra e divisão social do trabalho cada vez mais requintada.

Como se constata, está bem claro o poder da economia de modificar os destinos e a essência mesma do Homem.

Uma necessidade gera uma nova atividade econômica, que por sua vez modifica o ser humano e esse novo ser encontra outras demandas. Dessa maneira o Homem envolve-se em uma espiral ascendente de mútua influência entre indivíduo e atividade econômica.

A respeito da magnitude da influência econômica nas qualidades humanas, destaca MARSHALL:

A economia é por um lado o estudo da riqueza, e por outro lado, mais importante, uma parte do estudo do Homem. O caráter humano tem sido mais moldado pelo seu trabalho diário e a busca por recursos materiais do que por outra qualquer influência, a menos que esta seja sua religião. Os dois grandes formadores da história do mundo tem sido a religião e a economia. Aqui e acolá o ânimo dos militares ou o espírito artístico tem sido por algum tempo predominante, mas a influência da religião e da economia em nenhum lugar foram deslocados da vanguarda.../ (1972, p.1)

Até mesmo algumas definições de economia guardam a expressão “comportamento humano” como núcleo, ROBBINS (apud GALBRAITH, 1988, p.4) exemplifica: (economia é) *a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos com usos alternativos.*

*Tradução livre feita pelo autor.

Variadas são as denominações encontradas para as escolas econômicas, desde as primeiras manifestações da economia na antiguidade clássica: escola medieval, bulionismo, mercantilismo, cameralismo, escola fisiocrata, escola clássica, escola socialista, síntese neoclássica, keynesianismo. As escolas econômicas apoiaram-se no pensamento de numerosos vultos, desde Platão, Xenofonte e Aristóteles a Marx, Marshall e Keynes. Podemos separá-las em dois grupos: um privilegia o bem comum em detrimento da liberdade individual, o outro coloca as liberdades individuais em primeiro lugar. O primeiro é chamado de esquerda, o segundo, direita. Às variações cromáticas intermediárias dá-se o nome de centro, centro-esquerda ou centro-direita. A intervenção estatal na atividade econômica privada, quando no intuito de promover o bem comum, poda a liberdade individual (ou de um grupo de indivíduos), portanto a ingerência do estado na imposição da publicação de um Balanço Social, neste ou naquele formato, estará em uma posição do centro para a esquerda do espectro das escolas econômicas.

No final do séc. XX a escola econômica predominante é a síntese neoclássica, permeada, por vezes, com um intervencionismo moderado. Em um sistema coerente com o modelo neoclássico, o mercado é responsável por direcionar as forças produtivas. Quando as demandas do mercado não são socialmente benéficas admite-se a interferência governamental direta ou indireta na atividade empresarial. A idéia subjacente é de que a atividade produtiva corresponderá primeiramente às necessidades apresentadas pelo mercado e a interferência governamental será de caráter complementar ou regulamentar e só quando absolutamente necessária (GALBRAITH, 1988, p.19). O modelo neoclássico apresenta maior aceitação durante as fases de bonança econômica e relativa tranquilidade social. O modelo neoclássico costuma ser revisto durante crises econômicas, e geralmente este esforço de revisão tem como fulcro, neste séc., o keynesianismo. Dentro do âmbito do liberalismo econômico, é lícito supor que a coerção estatal no sentido da publicação de um tipo determinado de Balanço Social também fará parte de um instrumental do tipo keynesiano.

4.2 Consumo e Balanço Social

Na economia mundial do final do séc. XX predomina o modelo neoclássico, que em estado avançado, apresenta a concorrência tida como imperfeita, à saber: em determinados setores da produção industrial ou de serviços, um pequeno número de produtores oferecendo uma grande quantidade de um bem. Quando trata-se de corporações transnacionais temos o oligopólio perfeito.

Enquanto for possível maximizar o lucro, as corporações continuarão subordinadas ao interesse do consumidor. Ao passo em que mudam as necessidades e preferências do consumidor, a empresa adapta-se a vontade soberana deste. E esse conceito é basilar no modelo neoclássico (GALBRAITH, 1988, p.133). Neste cenário, as grandes corporações acabam por adquirir um alto grau de controle sobre preços e custos (e isto é da natureza tanto do monopólio quanto do oligopólio) coroado por um controle da procura. (GALBRAITH, 1988, p.134).

No caso da demanda governamental por bens ou serviços, a manipulação da demanda ocorre por vias políticas, com expedientes simples como contribuições para campanhas eleitorais, ou meios mais requintados que envolvam variados graus de corrupção. Já a demanda do consumidor pode ser conduzida pelo uso apropriado dos meios de comunicação social.

As grandes corporações transnacionais, no esforço legítimo de maximizar seus lucros, procuram criar uma convicção pública da importância desses bens e serviços. Grande parte desse esforço é conduzido mediante a manipulação do comportamento do consumidor, com decorrente enorme dispêndio em termos de produções artísticas e pagamentos para jornais, revistas, cartazes, rádio e televisão. Todas as formas de persuasão procuram afirmar ser o consumo de bens ou serviços a maior fonte de prazer e base da felicidade humana (GALBRAITH, 1988, p.157). Isso já não é tão legítimo, pois é transformar

um valor subjetivo em padrão coletivo.

GALBRAITH, de quem retira-se estes fundamentos, informa:

A persuasão - propaganda e relações políticas - também possibilita o apelo direto ao público nos casos em que se busca o apoio ou aquiescência para questões de política pública. Uma alegação de que uma empresa está poluindo a água ou o ar, desperdiçando um recurso natural ou vendendo um produto perigoso origina, quase automaticamente, uma campanha publicitária reafirmando a devoção total daquela empresa a melhoria do ambiente, a conservação dos recursos e a segurança do público. (1988, p.158)

O açodamento na oferta de novos bens ou serviços no mercado costuma trazer prejuízos ao próprio consumidor, quer tomado individual ou coletivamente. Para ilustração: existe em circulação uma quantidade enorme de baterias de telefones celulares, as quais têm como componentes principais níquel e cádmio, metais altamente poluentes, e que têm sido descartadas sem o mínimo cuidado. Observa-se o quase nulo esforço publicitário, por parte dos fabricantes, no intuito de persuadir o consumidor a devolver o produto exaurido, de forma a permitir o adequado destino. Recentemente um tradicional fabricante nacional de brinquedos ofereceu ao mercado alevinos (importados) de um tipo de peixe que está evolutivamente imutável há milhões de anos. O animal vendido como brinquedo detém uma capacidade espantosa de reprodução, e não encontra nenhum inimigo natural abaixo do paralelo equatorial. No caso de um número suficientes daqueles brinquedos ser lançado ao nosso meio ambiente, as conseqüências seriam gravíssimas. Medidas judiciais eliminaram aquele risco. Outros males podem ser listados, como veiculação de lixo cultural (sem dúvida um assunto bastante controverso), incentivo aos jogos de azar, violações da legislação vigente, etc.

Parece acertado supor que a partir da promoção de práticas prejudiciais de consumo, para as quais concorrem as entidades empresariais, em bloco ou unitariamente, o Balanço Social, e a auditoria social desse balanço, venha a ser instrumento econométrico para

a definição de uma determinada política econômica, inclusive no concernente ao comércio exterior, mediante as finalidades extra-fiscais do tributo ou da regulação alfandegária.

4.3 Ecologia e Balanço Social

Hodiernamente se define desenvolvimento como aumento de produtividade, distribuição de renda e utilização de recursos naturais de forma economicamente eficiente, ecologicamente sustentável, politicamente democrática e socialmente justa. Ainda que sociedades afluentes e consideradas desenvolvidas possam apresentar alto grau de disparidades sociais, e conflitos enraizados em seu tecido social, permanece válida a ligação entre aumento de produtividade e alternativas de manejo dos recursos naturais.

Desenvolvimento econômico e meio ambiente encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado representa uma restrição externa para o desenvolvimento econômico (ALTVATER, 1995, p.26). A restrição é de capital relevância, uma vez que grande parte dos recursos naturais não são renováveis, e podem não estar disponíveis no futuro para incrementar os avanços de produtividade dos países já totalmente industrializados, ou permitir a industrialização dos países dependentes.

Outro fator negativo de transformação é o resíduo da utilização dos insumos naturais, normalmente eliminados como poluentes, que são o núcleo de uma falácia de composição (supor ser válido para o todo o que é válido para as partes) presente nos discursos que envolvam o sistema industrial moderno. Em tal argumentação, industrialização é tida como fundamental no desenvolvimento econômico. Exemplificando: se o nível estadunidense de processamento de minerais não-energéticos e de queima de combustíveis fósseis (para consumo da população interna) for praticado pelos países hoje chamados de emergentes, as reservas minerais findarão ao cabo de dezenas de anos, e as consequências climáticas serão dramáticas.

Neste sentido, argumenta ALTVATER:

O moderno sistema industrial capitalista depende de

recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade, liberando emissões tóxicas no ar, nas águas e no solo, e portanto também na biosfera. Nestes termos, necessita de recursos naturais (energias e matérias-primas e também cada vez mais das fontes genéticas localizadas sobretudo no hemisfério sul) e precisa de recipientes (locais de despejo onde os rejeitos gasosos, líquidos e sólidos possam ser absorvidos ou depositados).(1995, p.29)

Portanto, (em decorrência dos resultados pífios das conferências internacionais sobre o meio ambiente) em um futuro não muito distante, os governos e organismos internacionais, talvez pressionados por uma perspectiva atemorizante, serão levados a um consenso que permita a geração de políticas econômicas pautadas pela questão ecológica.

Desde que todas as empresas de um país publiquem um Balanço Social que reflita o resultado da sua interação com o meio ambiente natural, teremos um conjunto de Balanços Sociais que proporcionarão um quadro capaz de permitir ao órgão gestor da política econômica criar diretrizes, traçar limites, impor sanções, e dar incentivos que conduzam o país ao desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável.

4.4 Trabalho e Balanço Social

O breve séc. XX fez surgir e desaparecer profissões e atividades como nenhum outro antes. Uma das atividades mais curiosas a emergir foi a de futurólogo. Sem dúvida, a arte de antecipar os eventos vindouros remonta à pré-história. No entanto, foi somente neste séc. que apareceram praticantes das artes divinatórias capazes de dispensar os recursos da magia e alicerçar suas previsões na extrapolação científica, alegadamente, ao menos. Praticamente obtiveram os mesmos resultados de seus antecessores místicos. Por certo algumas previsões foram acertadas e muito alardeadas, mas entre tantas previsões algumas verificar-se-iam corretas até por razões probabilísticas.

Nos anos 50 inúmeros futurólogos de variadas formações concordavam em antecipar um dos resultados da automação industrial e das tecnologias então incipientes: no ano 2000 as pessoas trabalhariam somente três ou quatro horas por dia e no tempo restante poderiam se dedicar à arte, ao estudo ou ao lazer. Neste tempo livre estariam a consumir bens e serviços, demandando para aquecer a economia, levando a economia a uma espiral ascendente, um círculo virtuoso de afluência e bem-estar.

Bem distinto é o presente, no qual as pessoas agraciadas com a fortuna de um emprego ou atividade lucrativa trabalham muito, até mais que antes, no intuito de preservar seu emprego ou manter a sobrevivência do seu negócio.

Os futurólogos erraram ao desconsiderar os efeitos da concorrência quando atuando livremente em um sistema econômico que surgiu naturalmente e naturalmente evolui. Ainda que haja limitações e direcionamentos governamentais em maior ou menor grau, o sistema econômico vigente não foi racionalmente planejado por um grupo de sábios economistas apoiados por um poder político totalmente democrático e solidamente instalado.

Basilar a observação de KURZ: *O mercado mundial ocidental não é nenhum modelo excogitado por cabeças pensantes, mas sim um elemento do mesmo processo histórico da modernidade.* (1992, p.142)

O processo evolutivo do capitalismo no último quartel do séc. XX foi, portanto, natural. Seu elemento transformador principal foi a concorrência embasada no incremento da produtividade. Tal incremento se mostra desde a automação industrial até novos pacotes gerenciais redutores de custos operacionais e administrativos.

Novamente uma prática virtuosa, se tomada individualmente, torna-se viciosa quando aplicada globalmente: A concorrência frenética (redução de custos) gera uma grave deterioração dos relacionamentos humanos, e a revolução da micro-eletrônica representa um perigo para a sociedade por estar aliada a um sistema de produção que tende a criar cada vez mais desemprego.(KURZ, 1998, p.7). O cerne do problema está em ser o homem também um custo, porém um custo de natureza especial, pois é custo imprescindível para o funcionamento do capitalismo. O custo humano não pode ser globalmente diminuído sem cautela e planejamento, pois o consumo amparado na remuneração do trabalho humano é necessário para realimentar o processo de geração e distribuição de riquezas.

Uma questão de interesse considerável é a de que quando *não se consegue gerar mais trabalho com a mesma velocidade em que se poupa tempo* (KURZ, 1998, p.9), abre-se o caminho para a concentração exagerada de renda, desemprego e insatisfação social, e surge uma oportunidade para movimentos extremistas atuarem no tecido social esgarçado pela falta de trabalho.

As novas formas de produção, aliadas a diminuição do papel do estado da direção da economia, levaram o sistema neoclássico à crise do emprego. Por sua vez, a crise do emprego provocou a destruição das conquistas trabalhistas e relegou ao esquecimento o conceito de estado de bem-estar social.

O Balanço Social se insere nesse contexto em diferentes níveis de profundidade. Em uma escala de intervenção estatal mais tímida, pode servir como instrumento econométrico auxiliar e meio de divulgação do resultado das operações que influenciam a sociedade externa à entidade (nos aspectos referentes ao emprego de trabalho humano: quantos contratou ou demitiu e custos envolvidos, demissões sazonais ou estruturais, etc.). Por outro lado, em uma dimensão de inserção estatal mais intensa, estratégica, o Balanço Social pode servir desde fulcro para uma reformulação legislativa até regulação alfandegária e/ou barreiras não tributárias ao comércio exterior. Tais intervenções, apesar da conotação negativa que carregam as medidas de intensa ingerência na atividade econômica privada, podem ser úteis no esforço de afastar o perigo da correntes políticas extremistas. Assim como Roosevelt, com base em Keynes, fez uso de projetos de esquerda para destruir os argumentos dos simpatizantes do fascismo e esvaziar o incipiente partido comunista americano.

Um aspecto do Balanço Social a não ser esquecido é de este ser um instrumento, que como outro qualquer, desde a faca de obsidiana ao autômato, desde a oratória à análise sociológica, pode ser usado tanto para libertar quanto para oprimir, tanto para dar quanto para tirar.

5 BALANÇO SOCIAL E CONTABILIDADE

5.1 Introdução

Ao tempo em que o homem do Paleolítico Superior acumulou excedentes e manufaturou as primeiras ferramentas, surgiram as formas mais rudimentares de registro patrimonial. Anterior ao registro foi a noção simplificada de patrimônio.

Sobre este período destaca LOPES DE SÁ:

A qualidade e a quantidade das reservas de utilidades, quer de caça, quer de colheitas, foram elementos que o homem notou como algo distinto, como conquista de seu trabalho. Essa observação empírica produziu também, a idéia de coisa que se possa dispor para obter-se utilidade, como meio para suprir necessidades, ou seja, o patrimônio. (1998, p.17)

O homem primitivo valeu-se de expedientes simples para quantificar seu patrimônio, como associar uma pedra (calculus) para cada bem e pintá-los em paredes de cavernas. Pode-se até imaginar que tenha se valido de uma bolsa para guardar as pedras acumuladas no seu “inventário de campo”, de forma a poder saber quantos objetos pintar em sua caverna.

Alguns registros pictográficos do Período Paleolítico evidenciam um esboço de conta. Esta conta pré-histórica já indicava a qualidade e quantidade do bem: o desenho do animal ou objeto evidenciava a qualidade, e uma série de sinais mostrava a quantidade disponível. (LOPES DE SÁ, 1998, p.18)

As técnicas de registro patrimonial foram se enriquecendo até atingir o notável grau de complexidade presente entre os egípcios e os povos que sucessivamente

habitaram as férteis terras que separam os rios Tigre e Eufrates. Porém, na Antigüidade o conhecimento contábil estava limitado ao registro e suas normas, ainda que sendo ensinado e aprimorado nas escolas, onde era ministrado junto aos cálculos matemáticos. (LOPES DE SÁ, 1998, p.19)

A grande mudança qualitativa a ocorrer no corpo de conhecimento contábil virá a termo somente no séc. XIX, quando entender o significado dos informes passa a ser mais importante que o simples registro e transmissão de informações. A partir de então surgem as correntes doutrinárias, a saber das mais destacadas, em brevíssima descrição mais ou menos cronológica:

Doutrina Contista: o objeto do estudo contábil seria a conta.

Doutrina Personalista: para a contabilidade valia estudar os direitos e obrigações relativas aos detentores da riqueza patrimonial.

Doutrina Controlista: é enfocado o controle do patrimônio.

Doutrina Aziendalista: o principal objeto de estudo para a contabilidade seria o empreendimento.

Doutrina Reditualista: lucro como cerne do estudo contábil.

Doutrina Patrimonialista: importante é aprofundar o estudo do patrimônio, o qual permite ao empreendimento atingir seus objetivos.

Doutrina Neopatrimonialista: a contabilidade deve estudar o patrimônio das células sociais, mas sob uma ótica sistêmica, com avaliação da eficácia. (LOPES DE SÁ, 1998, p.30)

Assim como ocorreu com as escolas econômicas, as doutrinas contábeis foram consideradas válidas durante o tempo em que permaneceram compatíveis com o conhecimento humano de seu tempo, demonstrando utilidade.

Algumas dessas doutrinas ainda estão em voga em outros países, todavia no Brasil está estabelecida a Doutrina Patrimonialista, e a luz dessa doutrina se destaca um

conceito corrente de Contabilidade: *Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos em relação à eficácia funcional das células sociais.* (LOPES DE SÁ, 1998, p.42)

O mesmo LOPES DE SÁ, como muitos outros cientistas, entende a contabilidade como *ciência da riqueza individualizada, sob o aspecto de pleno proveito na utilização dessa mesma riqueza, respeitados os compromissos sociais que todas as atividades humanas devem ter.* (1998, p.45). Compromisso social não remete à lei física descoberta ao se desmembrar o núcleo de um átomo, a qual supomos ser válida em todo o universo em qualquer tempo. Compromisso social é o que o homem define como tal, quer tacitamente por um comportamento há muito repetido, ou pública e rapidamente decidido em fôro político (ou até administrativo, ao se tratar de um regime autoritário). Portanto, a sociedade quando assim o quer, declara hoje ser compromisso social o que ontem não era. Portanto a inserção do Balanço Social ocorre no espaço aberto pela expressão “compromisso social” permitindo pensar no Balanço Social como objeto a ser estudado pela contabilidade.

Modernamente a Contabilidade tende a ver globalmente os fenômenos que afetam o patrimônio da azienda, com referência ao ambiente de atuação e suas variáveis de influência na empresa, que não pode estar isolada do todo social ao qual pertence. (LOPES DE SÁ, 1998, p.53).

Através dos recursos disponibilizados pela Contabilidade, pode-se apresentar a azienda como ser de relação, destacando seus papéis exercidos junto ao meio ambiente, na qualidade de empregadora de mão-de-obra, fonte para coletoria pública, elemento de estratégia de estado, consumidora de recursos naturais, emissora de poluentes, etc. (LOPES DE SÁ, 1998, p.94).

Ao contrário de algumas visões correntes, nas quais a Contabilidade deve estar voltada apenas para o estudo da riqueza individualizada, LOPES DE SÁ oferece um ponto de vista contábil holístico, do qual se divisa uma ciência cuja importância social atinge

uma dimensão de outra ordem:

A Contabilidade ajuda a refletir a imagem da empresa como fator de contribuição na vida social, possibilitando a análise do lado humano da riqueza.

A prosperidade das nações depende da prosperidade de suas empresas e instituições e como ciência contábil é a que produz modelos de comportamento racional dos patrimônios, é ela, sem dúvida, um ramo competente para ensejar o bem-estar material das sociedades humanas. (1998, p.94)

5.2 Enquadramento Contábil do Balanço Social

O corpo do conhecimento contábil apresenta uma crescente ramificação de especializações. Cada ramificação estuda o patrimônio sob uma ótica diferente. Listam-se a contabilidade agrícola, contabilidade de custos, contabilidade gerencial, contabilidade social, contabilidade hospitalar, contabilidade de cooperativas, contabilidade imobiliária e ainda outras denominações.

A tendência hodierna de levar a Contabilidade à uma visão global dos fenômenos determinantes das mutações patrimoniais conduz a teorização e materialização de uma nova contabilidade social, a qual teria como objeto de estudo o patrimônio aziendal e sua relação com o ambiente interno e externo da organização. Como demonstração principal apresentaria o Balanço Social. A espécie da gestão seria participativa. Sua forma de controle seria a auditoria social.

Nas estruturas atuais o Balanço Social é uma demonstração mista, com participação de critérios de avaliação contábeis, administrativos, econômicos e sociológicos, com predominância de dados oriundos dos registros contábeis, que habilitam o contador a materializar uma nova contribuição para a sociedade. (KROETZ, 1998, p.45)

5.3 O interesse pelo Balanço Social

As razões que norteiam a demanda pelo Balanço Social são distintas tanto para a azienda, quanto para o meio ambiente. Para a célula social tomada individualmente, as razões mais comuns são, entre outros:

- A) Identificar aquelas pressões sociais que a empresa sente-se pressionada a atender.
- B) Identificar os programas sociais (assistencialistas) que a empresa teria o dever de levar a termo (ou que seriam benéficos em termos de propaganda institucional).
- C) Examinar as ações da empresa em determinadas áreas sociais.
- D) Identificar áreas de vulnerabilidade do empreendimento.
- E) Criar uma mentalidade de preocupação social na alta administração.
- F) Informar o público.
- G) Desinformar o público (sic).
- H) Contra-informação (reação a relatórios adversos referentes ao resultado social da empresa.).
- I) Aumentar lucros (propaganda). (JENSEN, 1976, p.6)

Já quanto aos agentes externos,(público em geral, ativistas políticos, governo, poder judiciário, imprensa, etc.) passando ao largo de empresas concorrentes, os principais motivos para demandar a publicação regular de um relatório de desempenho na área social seriam, sem ordem de importância:

- A) A crescente preocupação com o meio ambiente (no sentido em que os biólogos empregam o termo).
- B) Repressão à propaganda enganosa.
- C) Coibir as formas de discriminação social.
- D) Evitar a ocultação ou supressão de dados sobre doenças ocupacionais ou

acidentes de trabalho.

F) Venda ou produção de produtos prejudiciais à saúde.

5.4 Estrutura do Balanço Social

Uma demonstração do resultado social da empresa (no sentido empregado na Sociologia) deve conter informações que evidenciem a medida da contribuição das atividades aziendais para a comunidade.

Uma diferença essencial entre uma demonstração desse caráter e as demais demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das origens e Aplicações dos Recursos, Demonstração do Resultado do Exercício, Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) é a ausência de uma estrutura de oposição dicotômica. Nas demonstrações contábeis há sempre uma composição, muito clara, de dois conceitos opostos: ativo e passivo, lucro e prejuízo, receita e despesa, origem e aplicação, entradas e saídas.

Algumas informações adequadas a um Balanço Social ensejam uma exposição dessa natureza, como o número de pessoas contratadas e demitidas; outras já não o permitem, como por exemplo; a quantidade de poluentes passados à atmosfera, tendo em vista que poucas empresas podem limpar o ar (aqui cabe lembrar que a maior parte do peso de uma árvore é formada por carbono sacado da atmosfera durante a fase de crescimento da planta, logo se uma empresa abater uma árvore para fabricar um móvel doméstico, e plantar outra árvore em seu lugar, então pode-se dizer que esta empresa está limpando o ar, e isso é mensurável).

Nos anos 70 a legislação francesa abriu caminho para o Balanço Social na Europa, e aquele texto legal exige indicadores sobre emprego, remunerações de todo tipo, higiene e segurança, formação de pessoal, condições de vida dos trabalhadores e suas famílias. (KROETZ, 1998, p.49)

Tramita no Congresso Nacional Brasileiro, Projeto de Lei que dispõe um rol de informações que deverão constar no Balanço Social:

A) A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e valor pago a empresas prestadoras de serviço.

B) Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres da empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia na empresa; número total de horas extras trabalhadas; valor do total de horas extras pagas.

C) Valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item.

D) Valor dos tributos pagos, especificando cada item.

E) Alimentação do trabalhador: gastos com restaurantes, tiquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

F) Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolsos de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com bibliotecas; outros gastos com educação e treinamento dos empregados adolescentes; relacionando em cada item, os valores dos benefícios fiscais eventualmente existentes.

G) Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

H) Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa.

I) Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

J) Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações previdenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

K) Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência

social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

L) Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição, gastos com introdução de métodos não poluentes, e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

M) Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa. (ap. KROETZ, 1998, p.50)

Sem dúvida, o Projeto de Lei nº 3.116-97 é um grande avanço no caminho de se medir qualitativa e quantitativamente a responsabilidade social que o desenvolvimento da empresa, através de suas operações, engendra. Todavia, no sentido de aumentar a qualidade e quantidade das informações, e o Balanço Social é um instrumento de informação, é justo considerar outros fatores importantes que deveriam ser levantados durante a elaboração de um Balanço Social e verificados no decorrer de uma Auditoria Social.

Nesse sentido, destacamos de JENSEN importantes possíveis influências das operações de uma empresa no meio ambiente natural e meio ambiente social, e que deveriam ser quantificados ou descritos no Balanço Social (em alguns aspectos fica aquém e em outros além do Projeto de Lei em trâmite no Congresso Nacional Brasileiro):

A) Meio Ambiente Natural:

1) Recursos consumidos (madeira, carvão, minério de ferro, água, combustíveis, etc.) e os efeitos da extração no meio ambiente (alterações topográficas, desmatamentos, danos em reservas hídricas, erosão do solo, etc.).

2) Tratamento de lixo industrial e dos diversos tipos de poluentes das reservas de água potável, tratamento adequado de poluentes térmicos e, aterros sanitários, preservação da vida marinha ou de água doce, etc.

3) Medição da poluição atmosférica, (ex. quantidade de toneladas de partículas sulfúreas lançadas na atmosfera por unidade de tempo), e se possível, efeitos em termos de danos à saúde, propriedade e desconforto causado (efeitos das emissões de poluentes em prédios, monumentos, doenças respiratórias, danos à vida animal

ou vegetal).

4) *Medição da quantidade empregada de pesticidas ou outros produtos químicos semelhantes.*

5) *Alterações da paisagem causadas por plantações, armazéns, chaminés, ferrovias, cercas, acúmulo de detritos, estradas, etc.*

6) *Aumento do risco de danos ao meio ambiente (ex.: um porto aumenta o risco de derramamento de óleo, uma usina nuclear aumenta o risco de danos causados por ação radiológica, depósitos de combustíveis ou produtos químicos aumentam o risco de explosões ou incêndios).*

7) *Efeitos indiretos das operações (ex.: a mudança de grandes instalações, como um aeroporto, para uma comunidade, pode aumentar a poluição sonora, causar congestionamentos, etc.)*

8) *Benefícios proporcionados ao meio ambiente natural (o manejo de grandes áreas de terra para produção de madeira de corte, pode evitar outros usos mais prejudiciais do solo, ou contribuir com prevenção ou combate de incêndios florestais).*

B) Meio Ambiente Social:

1) *Os efeitos diretos e indiretos na demanda (causada pelas operações) e manutenção de estradas, escolas, serviços públicos, recreação, transporte coletivo, hospitais, etc.*

2) *Os efeitos diretos e indiretos no comércio varejista, hotelaria, serviços profissionais, movimentação bancária, restaurantes, etc.*

3) *Poluição sonora e visual.*

4) *Impacto no nível de atividades criminosas (a construção de grandes instalações fabris em uma pequena comunidade rural, por ex., pode aumentar a delinqüência juvenil, prostituição, tráfico de entorpecentes e outros tipos de crimes e contravenções).*

5) *Impacto cultural: empresas podem fazer grandes contribuições para a arte, bibliotecas, parques, museus, etc.*

6) *Avaliação do impacto social de projetos de magnitude ou lançamento de produtos.*

7) *Programas sociais empreendidos para benefício público direto, como postos de saúde, apoio ao desempregado crônico, programas de treinamento, empréstimos de baixo custo para pequenos empreendedores, centros de reabilitação, creches, etc.*

8) *Programas sociais empreendidos em caráter experimental.*

9) *Pesquisas e desenvolvimento de programas que visem melhorar a qualidade da vida em sociedade.*

10) *Práticas comerciais ilegais ou não éticas como rotular um produto de forma inadequada, comercializar produtos alimentícios ou remédios contaminados, manipular preços, subornar, extorquir, manobrar de forma questionável a imprensa ou políticos, descumprir planos diretores de urbanização, praticar evasão fiscal, desrespeitar*

os direitos civis, etc.

11) Impacto das operações da empresa na inflação ou na estabilidade da economia.

12) Manutenção de pesquisas que visem a solução de problemas sociais de longo prazo, como explosão demográfica, ou busca de novas formas de energia, etc.

*13) Esforços diretos ou indiretos que visem estabelecer novos meios de comunicação na sociedade para o debate sobre problemas de relevância social (financiamento de seminários, fornecimento de dados, etc.).** (1976, p.205)

É numerosa e variada, como foi descrito, a quantidade de variáveis passíveis de integrar um Balanço Social. Variadas ao longo do tempo são as necessidades de informação da sociedade, pois mutantes são as formas de relação entre os agentes sociais.

Nesse sentido, uma determinada estrutura de Balanço Social escolhida por uma sociedade, através do fôro democrático do parlamento, não deve ser vista como obra acabada, de validade certa e permanente, mas como objeto de constante estudo e avaliação, por essa mesma sociedade.

* Tradução livre do autor.

5.5 Auditoria Social

Em contabilidade, auditoria é uma especialização voltada para o teste da eficiência e eficácia do controle sobre o patrimônio. Os exames empreendidos obedecem às normas de auditoria e incluem procedimentos que visam a comprovação dos dados em evidência, mediante uma atitude mental de reflexão competente e independente que possibilitará expressar uma opinião isenta sobre determinado dado, usualmente uma demonstração financeira, um sistema de controles internos, ou setores específicos da atividade aziendal, quer pública ou privada. (ATTIE, 1998, p.27)

Nesse sentido, como decorrência do advento do Balanço Social deverá surgir uma Auditoria Social visando investigar fenômenos muito distintos daqueles que ora são objeto da especialização contábil corrente.

Auditoria é termo pertencente ao vocabulário de atividades das mais variadas denominações, todavia é sempre empregado no sentido da locução latina que significa ouvir, agregado de uma contribuição do léxico inglês (to audit) a qual significa examinar, ajustar, corrigir, certificar. (ATTIE, 1998, p.29)

Procurando manter uma relação de identidade legitimadora com os conceitos ligados à Auditoria, é freqüente uma empresa empreender uma “auditoria social” como parte de um estratégia defensiva contra um ataque potencial ou real que objetive indicar a empresa como socialmente irresponsável ou indiferente aos problemas sociais já existentes ou diretamente ligados às operações da corporação.

Tais investidas podem ter origem nas mais variadas organizações da sociedade civil: igrejas, entidades estudantis, grupos étnicos de defesa dos direitos civis, associações de consumidores, associações de moradores, sindicatos, grupos feministas, entidades dedicadas à defesa dos direitos das minorias sexuais, grupos ecológicos e ainda

outros que apresentam crescente influência política.

O Poder Público também dispõe de instrumentos de pressão ou coerção potencialmente eficazes, entre eles: institutos com poder de polícia, como aqueles dedicados à proteção ambiental ou avaliação metrológica, o próprio Poder Judiciário ou simplesmente a política governamental adotada.

A imprensa, em todos os seus mídias oferece poderosa ameaça potencial às operações de uma empresa. Periodicamente são veiculadas críticas severas, por vezes em horário nobre e em âmbito nacional, a respeito desse ou daquele produto ou serviço, reduzindo faturamentos e prejudicando imagens institucionais.

Nesses casos, a alta administração empresarial pode temer por boicotes a produtos, cruzadas de políticos oportunistas, a sanha por notícias que provocam bons índices de audiência, legislações desfavoráveis, processos judiciais, sabotagem (recurso geralmente empregado por grupos ecológicos), reação negativa de seguradoras, queda no valor das ações negociadas em bolsa de valores, ou pressão popular por sondagens nas atividades desenvolvidas pela empresa. (JENSEN, 1976, p.6)

Nesses termos, por existir motivos fortes que podem interferir na elaboração de um Balanço Social, prejudicando sua confiabilidade, é justo propor a auditoria das demonstrações do resultado social que o Poder Público vier a incorporar, como de publicação compulsória, à legislação voltada para as sociedades anônimas ou empresas de maior porte. Dessa forma, será possível uma visão mais correta das influências das operações de uma empresa no meio social, visão que beneficiaria os acionistas, fornecedores, funcionários, comunidade adjacente, governo, a sociedade como um todo.

6 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO BALANÇO SOCIAL

O aumento do poder das corporações sindicais, propiciada pela efervescência político-ideológica presente no primeiro quartel do séc. XX, permitiu a satisfação da demanda social por uma maior quantidade e qualidade de informações contábeis específicas que atendessem ao interesse de trabalhadores e governos centrais de orientação popular (o fato dos mesmos governos serem execrados, mias tarde, como populistas ou fascistas não é relevante para o estudo do Balanço Social *per se*).

O denominado Balanço Social parece ter nascido da motivação de se evidenciar a expressão da azienda como verdadeira célula social (que beneficios ela presta aos diversos setores da sociedade humana) e a Alemanha é reconhecida, por muitos estudiosos como o berço de tais inspirações. (LOPES DE SÁ., 1998, p.94)

A demonstração do resultado social alemão teve duração apenas um pouco maior que a do terceiro império germânico. A nova ordem vigente no pós-guerra, as diretrizes do governo de ocupação e a orientação político-econômica imposta pelo plano Marshall teriam de pôr fim ao experimento, até como forma de relegar ao olvido qualquer lembrança nostálgica do *ancient règeime*.

Balanço Social, Reporte Social, Demonstração de Responsabilidade Social foram denominações empregadas para identificar um objeto de definição frágil, porém sempre associado ao resultado da ação aziendal no meio ambiente social.

O Balanço Social ressurgiu nos E.U.A no início dos anos 70, época de contestação e de hegemonia do pensamento liberal nos meios acadêmicos norte-americanos (nos anos 80-90, nos E.U.A., ocorre justamente o oposto, e o Balanço Social cai no esquecimento). Não avançou muito além dos limites das universidades: os poucos demonstrativos da responsabilidade social publicados não obedeciam a nenhum padrão

mínimo, e serviram exclusivamente aos interesses das empresas.

Similar foi a evolução do Balanço Social no Reino Unido, sendo o interesse e a pesquisa logo abandonados ante a influência da predominante cultura do individualismo do período de liderança da primeira-ministra Margareth Thatcher e conseqüente implantação do modelo neo-liberal. (ROSSLENDER, 1992, p.59)

Informa ROSSLENDER:

*Um útil ponto de partida na consideração de exemplos de relatórios sociais é o "Reporte Empresarial" publicado em junho de 1975 pelo "Comitê Normativo de Contabilidade do Reino Unido" /.../ Ainda que o comitê e seus relatórios fossem especialmente voltados para a futura natureza de relatórios financeiros elaborados por empresas privadas, é necessário dizer que preparou muito do debate subsequente sobre relatórios de responsabilidade social no país. O documento adotou o ponto de vista de que era responsabilidade implícita de toda entidade econômica de porte significativo publicar o relatório de responsabilidade social, sem ser obrigada por lei. A filosofia básica subjacente ao documento era de a publicação do Balanço Social ser assunto ético, e não algo que devesse ser feito simplesmente por força de lei ou outro tipo de orientação normativa. /.../ Pressionado por um bolsão de entusiasmo pela implementação do relatório, o governo trabalhista de 1977 divulgou sua intenção de introduzir uma lei a qual determinaria a inclusão de um valioso acréscimo ao relatório anual (Balanço Patrimonial) tratando da situação dos empregados. /.../ Essas propostas nunca foram implementadas e com o advento da era Thatcher passaram a ter interesse meramente histórico e acadêmico. (1992, p.99)**

É possível que com o retorno de um governo trabalhista, como ocorreu em 1998, aliado ao processo de unificação européia, o Balanço Social venha a ter existência fatural no Reino Unido, dessa forma acompanhando uma tendência continental.

Durante a década de 60, pesquisadores franceses, no intuito de melhor

* Tradução livre do autor.

abordar os problemas sócio-econômicos de seu país, dedicaram-se a reunir e discutir dados estatísticos sobre as companhias francesas. Tais dados versavam sobre as relações de emprego, mobilidade social, e utilização do lucro. (KROETZ, 1998, p.46).

Ainda que a publicação de relatórios sobre condições de vida e trabalho de funcionários não tenha sido jamais vista com bons olhos pelos empregadores, desde 1977 empresas francesas com mais de 750 empregados, devem publicar seu *Bilan Social* e desde 1982 a obrigação foi estendida a empresas que empregam mais de 300 funcionários. (KROETZ, 1998, p.48)

O espírito da lei francesa é de divulgar as ações da empresa e seus reflexos no restante da sociedade, vendo a entidade como célula social não só portadora de aspectos positivos e negativos no seu âmbito interno, mas também como causadora de efeitos no meio ambiente social. (KROETZ, 1998, p. 49)

Na Alemanha também ocorre a publicação de Balanços Sociais, porém de forma voluntária., Esse trabalho tem sido levado a termo por grandes corporações, como a Hoechst e Bertelsman.

Quanto a América Latina, já existem empresas publicando Balanços Sociais. Apenas para exemplo, no Chile, como informa KROETZ (1998, p.49), empresas mineradoras de cobre estudam e publicam um tipo de Balanço Social. No Brasil, a R.B.S., Rede Brasil Sul de Comunicações, entre outras, publica anualmente um Balanço Social. Todavia, por tratar-se de documentos não obedientes a nenhum padrão, nem suscetíveis de auditoria, ou elaborados por firma independente dos interesses da administração, falta-lhes credibilidade.

Nos países resultantes da derrocada da experiência socialista soviética, o capitalismo ora vigente é por demais primitivo para considerações de elevada preocupação social. Na Rússia, por exemplo, a influência da máfia no controle das grandes empresas

recém privatizadas impede o avanço de qualquer projeto nessa direção.

No sudoeste asiático, os países que há pouco eram tratados como emergentes, deviam sua aparente pujança econômica a exploração de mão-de-obra barata, submissa, e disciplinada (especialmente no caso da China Insular). Nesse sentido, muito deve mudar nos “Tigres Asiáticos” antes da publicação de um Balanço Social nos moldes do que tramita no Congresso Nacional Brasileiro.

7 PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES DO BALANÇO SOCIAL

O fim da polarização geopolítica entre oriente e ocidente, socialismo e capitalismo, trouxe novas possibilidades de expansão do poder privado ainda não vistas na história contemporânea.

Não só livres das amarras que o medo da revolução ditava (*o espectro que rondava a Europa*, no Manifesto Comunista de Marx/Engels), mas livres, até mesmo, da pujança que as organizações sindicais haviam alcançado no séc. XX (as quais estão mais preocupadas em não perder posições, do que galgar novos patamares de conquistas trabalhistas), as corporações transnacionais podem, agora, seguir sem embaraço a rotina pura da lógica mercantil.

Não é da natureza da iniciativa privada a autocritica das consequências sociais do desempenho das operações que garantem a continuidade e crescimento da empresa. Nesse sentido, o curso do neoliberalismo econômico (permitido pelo estado mínimo), aponta para uma crescente liberdade de empreendimento, e de fluxo de capitais, mercadorias e serviços, sem deter-se ante a considerações sobre o bem-estar social.

Seguindo esse caminho, a Organização Mundial do Comércio, órgão da ONU, procura conduzir um acordo geral que estenda as regras da OMC, de forma a abranger todos os setores da economia mundial. O diretor geral da OMC, Renato Ruggerio, declarou estar contribuindo para a redação de uma constituição para uma economia global única.

Essa nova constituição está sendo chamada de Multilateral Agreement on Investment (MAI), um acordo internacional que visa permitir a qualquer empresa processar um país signatário pela adoção de políticas governamentais prejudiciais às operações, ou da qual decorra algum tipo de ônus. Entre outras normas, o MAI objetiva proibir boicotes comerciais, eliminar a possibilidade da criação de barreiras não alfandegárias, e estabelecer

um tribunal internacional, ao qual todos os países signatários obrigariam-se a se submeter. Perante o tribunal sujeitariam-se ao risco de dever indenização em caso de responsabilidade por prejuízo, ou perda de oportunidade de lucro causado por ato regulatório emanado pelo poder central das nações signatárias.

A Assembléia Nacional Francesa, que no passado introduziu o Balanço Social no Continente Europeu, se retirou das negociações do MAI, por o acordo representar uma exagerada diminuição do poder regulatório do Estado.

Acordos dessa natureza subtraem ao Balanço Social a sua utilidade como subsídio para a determinação (ou mera interferência) na política econômica, na medida em que o Balanço Social é fonte de informações para a administração pública estabelecer atos regulatórios, quer de natureza fiscal ou administrativa. (JABOR,1998...)

8 CONCLUSÃO

Balanço Social, domínio econômico ou contábil? Para responder a esta pergunta convém considerar um elemento comum para a Economia e para a Contabilidade: o estudo da riqueza. Através da mensuração monetária, tanto a Contabilidade quanto a Economia dedicam-se ao estudo da riqueza humana, porém sob óticas diferentes: em Contabilidade estuda-se a riqueza da azienda, em economia estuda-se a riqueza social. (LOPES de Sá, 1990, p.114)

Nesse sentido, os reflexos extra-aziendais das operações de uma empresa, por se materializarem no ambiente social, são do âmbito da Economia. Todavia, a Contabilidade dispõe de uma cultura e tecnologia capazes de empreender a mensuração desses reflexos extra-aziendais, portanto pode descrever em uma peça contábil, o perfil social da empresa.

Em um universo no qual as empresas publiquem um Balanço Social (quer coercitiva ou voluntariamente), a exteriorização dos reflexos extra-aziendais das operações da empresa, ou seja, a publicidade da responsabilidade social da empresa, terá uma importância estratégica do ponto de vista da célula social, portanto, do ponto de vista do contador.

O próprio LOPES de SÁ informa: *“Como uma empresa, na atualidade, já não pode isolar-se do todo social ao qual pertence, isto também, força-nos aos estudos de seu patrimônio sob uma visão aberta, genérica, holística.”* (1998, p. 53)

Portanto, o estudo do conjunto de Balanços Sociais divulgados em um país será do domínio econômico. Mas é correto que caiba a Contabilidade a responsabilidade pela elaboração de tal demonstração, o estudo da evolução dos Balanços Sociais de uma mesma empresa, assim como a estratégica avaliação do Balanço Social das empresas concorrentes.

9 ORIGINAIS DAS TRADUÇÕES LIVRES FEITAS PELO AUTOR

Thus it is on the one side a study of wealth; and on the other, and more important side, a part of the study of man. For man's character has been moulded by his every day work, and the material resources which he thereby procures, more than by any other influence unless it be that of his history have been the religious and the economic. Here and there the ardour of the military or the artistic spirit has been for a while predominant: but religious and economics influences have nowhere been displaced from the front rank even for a time /.../ (MARSHALL, 1972, p.1)

Seemingly, there are many instances where the corporation undertakes a social audit as part of the defensive strategy against real or potencial attacks for being irresponsable and/or apathetic to social problems. Such "attacks" may originate from civil rights activities, churches, students activists, feminists, government agencies, consumer interest groups, employees, labor unions, newspaper reports, academic research probings, political oportunistas, muckraker, or whatever. In such instances, top management may be worried about potencial products boicots, unfavorable legislation (e.g. polution restrictions, tax laws revisions or tariff changes), lawsuits, added hurdles in locating and developing new plants, land use restrictions, sabotage, unfavorable reactions in securities markets, public pressure for governmental probings of corporate operations, etc. (JENSEN, 1976, p. 6)

A. Physical Enviroment

1. Resources consumed (timber, coal, iron ore, water, oil, etc.) and efects of extraction on the physical enviroment (strip mining, timber cutting, surface water sheds, soil erosion, etc.)

2. Waste treatment and amounts of various types water pollutants, thermal pollutants, and sanitary landfills on scenic values, aquatic life, water sheds, etc.

3. Amount of air pollution (e.g., tons of sulfur particulates per unit time) and, if possible, effects boths in terms of health hazards, property values, and discomfort, e.g.,

effects of emissions on housing patterns, respiratory diseases, plant life, and animal life.

4. Amount of use of pesticides and other chemicals.

5. Scenic disturbances due to plants, warehouse, smoke stacks, rail lines, fences, slag piles, roads, insightly housing, etc.

6. Increased risks of physical damage, e.g., a coastal port increases the risk of oil spills, a nuclear power plant increases radiation risks, and oil and chemical tanks increase fire and explosion hazards.

7. Indirect effects of operations, e.g., moving a large plant into a community increases air pollution due to increased automobile and airline traffic.

8. Benefits to physical enviroment, e.g., preserving large tracts of land for timber harvesting may prevent other more destructive types of land and timber usage. Also, companies may help the physical enviroment in forest fire protection and conservation activities.

B. Human Enviroment

1. Direct and indirect effects of both support and demand for roads, schools, recreation, civic services, public tranportation, medical facilities, etc.

2. Direct and indirect effects upon retail trade, housing needs, real state values, professional services, bank deposits, etc.

3. /.../

4. Noise (e.g., airport or factory noises), light (e.g., flood light or neon Las vegas), and billboard pollution.

5. Impact upon crime activity, e.g., construction of a factory in a small rural community may gratty increase juvenile crime, labor strife, and felonies.

6. Cultural impact, e.g., business firms may contribute a great deal toward art, music, parks, libraries, theatre, and media programming.

7. /.../

8. /.../

9. Social impacts of inadequate plant or product safety (e.g., mining disasters and automobile safety defects).

10. Social programs undertaken for direct public benefit, e.g., day care

centers, programs to hire handicapped and/or hard-core unemployables, education and training programs, low-cost loans to minority entrepreneurs, fair employment programs, youth and elderly hiring, rehabilitations centers, etc.

11. Social programs undertaken for experimental purposes, e.g., experimental "company towns" designed for a higher quality of life in society.

12. /.../

13 Illegal or unethical business practices, e.g., inadequate product labeling, passing off contaminated food or drug products, price fixing, profiteering, kickbacks, bribes, extortion, questionable press and political manipulations, disregard for zoning ordinances and planned community development, tax evasion, and disregard for rights and freedoms of all persons.

15: /.../

16. Support and research on long-range problems in society, e.g., population explosion, energy crises, food shortages, water shortages, etc.

17. Direct and indirect efforts to improve communication links in society and to have a better informed populace, e.g., debates and displays by organization officials in schools, universities, churches, radio, and television, trade fairs, etc. Also, organizations might attempt to provide data and cooperate with outside study groups. (JENSEN, 1976, p.206)

A useful starting point for considering examples of social reporting is "The Corporate Report" published in July 1975 by the UK Accounting Standards Steering Committee (ASSC). /.../ Although the committee and its report were specifically concerned with the future nature of financial reporting by business enterprises, what it had to say set the agenda for much of the subsequent debate on social reporting in the UK. The report took the view that it was the implicit responsibility of every economic entity of significant size or format to report publicly without being obliged to by law or regulation. Public accountability, the basic philosophy underlying the report, was viewed as an ethical matter and not something that should be done simply because it was required by law or some regulatory body. /.../ Undeterred by the lack of enthusiasm for implementing the report, the

Labour government published a Green Paper on "The Future of Company Reports" in July 1977. It signalled an intention to introduce legislation requiring the publication of a value added statement in the annual report together with an employment statement of some description. /.../ These proposals were never enacted and with the return of the first Thatcher government in 1979 they were soon to become largely of historical (and academic) interest.
(Rosslander, 1992, p.99)

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1995.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. L. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- GALBRAITH, John Kenneth. **A economia e o interesse público**. São Paulo: Pioneira, 1988
- _____. **O pensamento econômico em perspectiva; uma história crítica**. 1.ed. São Paulo: USP, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos; o breve séc. XX**. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- JABOR, Arnaldo. A ditadura das coisas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10 nov. 1998. Variedades, p. 12
- JENSEN, Robert E. **Phantasmagoric accounting: research and analysis of economics, social and enviromental impact of corporate business**. In: STUDIES IN ACCOUNTING RESEARCH #14, 1976.USA, Florida: Americam Accounting Association.
- KROETZ, César Eduardo Stevens. Balanço Social; uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 27, n. 113, p. 42-51, set./out. 1998.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização; da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Isto É**, São Paulo, v., n. 154, p.7-925, nov. 1998.
- LOPES DE SÁ, Antônio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v.27, n.109, p.12-14, jan./fev. 1998.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. **História econômica**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1986. p.2-13
- MARSHAL, Alfred. **Principles of economics**. 8.ed. London: Macmillan, 1972. p.1
- ROSLENDER, Robin. **Sociological perspectives on accountancy**. 1. ed. London: Routledge, 1992.